PREFÁCIO

CLAUDIA FONSECA · ANA LUCIA PASTORE SCHRITZMEYER
ELIANE CANTARINO O'DWYER · PATRICE SCHUCH
RUSSELL PARRY SCOTT · SERGIO CARRARA

Este livro é produto do VI Prêmio de Direitos Humanos, concurso organizado pela Associação Brasileira de Antropologia, através de sua Comissão de Direitos Humanos, com premiação anunciada durante a 29ª reunião da ABA, em 2014, na cidade de Natal. A Comissão Julgadora foi composta de antropólogos com renomada experiência numa variedade de campos temáticos relevantes: Sergio Carrara, Patrice Schuch, Eliane Cantarino O'Dwyer, Russel Parry Scott, Ana Lucia Pastore Schritzmeyere Claudia Fonseca, com apoio da secretária executiva da ABA, Carine Lemos. Trata-se de um concurso iniciado em 2000 com o patrocínio da Fundação Ford e que, até 2008, rendeu cinco coletâneas de referência fundamental para estudiosos dos Direitos Humanos. Em 2014, já sem patrocínio externo, a Associação, sob a presidência de Carmen Sílvia Rial, retomou essa importante maneira de incentivar pesquisadores e estudantes da disciplina a refletir sobre as várias dimensões de injustiça e violação dos direitos que assolam o mundo hoje. O livro, que inclui o trabalho de estudantes em diversos níveis (três de doutorado, dois de mestrado e um da graduação), pôde ser editado e publicado graças ao apoio da administração seguinte, sob a presidência de Antonio Carlos de Souza e Lima.

Além dos artigos colocarem o leitor em contato com uma bibliografia de ponta, trazem casos empíricos de grande relevância para debates contemporâneos. Falam de lutas contra a violência e discriminação, situações em que o Estado – tido ora como fonte de agressão, ora como recurso de reparação – se manifesta em elementos concretos, se enredando com uma variedade de protagonistas governamentais e não governamentais, individuais e coletivos. Mergulhados em jogos de poder envolvendo elementos de classe, gênero, nacionalidade e etnicidade, os sujeitos nesses

artigos travam estratégias diversas para negociar os dilemas aos quais se confrontam. A etnografia dessas estratégias acaba levando o leitor para territórios inesperados, ressaltando a singularidade das experiências subjetivas, a criatividade das dinâmicas coletivas e as lógicas nem sempre claras das políticas institucionais. Merece destaque o fato de que a metade desses artigos inclui pesquisa de campo em outros países (Marrocos, Canadá, Argentina), instigando comparações interessantes com a realidade brasileira.

No primeiro capítulo, temos a apresentação e a análise de uma “trajetória de luta” com a qual se deparou a antropóloga Paula Lacerda, a partir de 2008, quando iniciou sua pesquisa de doutorado, no Museu Nacional (UFRJ). Trata-se da trajetória da mãe de um dos meninos vitimizados no sudoeste do Pará, entre 1989 e 1994, na onda de crimes que ficou conhecida como “caso dos meninos emasculados de Altamira”. Trazendo à luz as angústias, dores e envolvimento políticos dessa mulher, podemos acessar um “caso” que entrelaça violências extremas impingidas a corpos de crianças com a produção da desimportância destes acontecimentos por parte de setores do sistema de justiça e com a organização de familiares das vítimas em torno da “luta por justiça”. Nas páginas finais do texto, temos reflexões metodológicas da antropóloga sobre seu lugar de observação, de escuta, de fala, e as implicações éticas dele decorrentes.

O artigo de Liliana Sanjurjo trata do processo político que, a partir dos anos 2000, levaria ao banco dos réus os militares que conduziram a dura repressão argentina, durante o período ditatorial. Apoiada em cuidadosa observação etnográfica, realizada durante as audiências dos chamados “julgamentos de delitos de lesa humanidade”, a autora aborda o modo pelo qual, familiares de desaparecidos políticos, sobreviventes da repressão, atores judiciais e agentes do Estado acusados de violações de direitos humanos transformaram os tribunais em espaço privilegiado para a luta pelo estabelecimento da “verdade” sobre a ditadura na Argentina. O ensaio trata, sobretudo, do trabalho político de produção de uma memória coletiva e mostra como a reconstrução do passado se faz através de uma contínua produção do presente. Assim, por exemplo, é apenas na medida em que se amplia a abrangência das categorias de “crime de lesa humanidade” ou “genocídio”, fazendo com

que contemplem também a violência sistemática contra “grupos políticos”, que se torna possível “reescrever” o passado, transformando o sentido das práticas violentas empreendidas pelos agentes do Estado. Além de trazer uma importante contribuição para o estudo antropológico de processos políticos e judiciais em geral, o ensaio de Sanjurjo é especialmente instigante para o público brasileiro, uma vez que, no Brasil, os sentidos do passado ditatorial permanecem até hoje “congelados” e os crimes então cometidos, impunes.

Ao etnografar o itinerário de ciganos que buscam refúgio político no Canadá, Mirian Souza demonstra no capítulo 3 práticas de negociação de projetos identitários moldadas por uma multiplicidade de fatores. Vemos aqui como “empreendedores étnicos” acionam símbolos identitários - um hino, uma bandeira, uma associação com nome *Roma* e língua *romani*, e narrativas de perseguição - para forjar uma identidade coletiva de “minorias étnicas internacionais” através da qual as pessoas se unem (não sem fissuras internas!). O próprio título do trabalho “*Gypsies* ou *Roma*” dá realce à maneira em que diferentes formas de nomeação do grupo de pertencimento podem ser acionadas, revelando disputas entre os indivíduos, seu centro comunitário e as autoridades da imigração canadense. Na minuciosa descrição de audiências do *Immigration Refugee Board*, torna-se evidente como essas diversas tensões informam as narrativas dos pleiteantes ao status de refugiado, entrando em conflito com as trilhas complexas da burocracia estatal do Canadá - um país que se entende como multicultural, mas que acaba reproduzindo estereótipos sobre os aspirantes ao status de refugiado, vistos ora como vítimas, ora como malandros.

O capítulo 4, de Rebecca de Faria Slenes, focaliza o trabalho de associações femininas em prol dos direitos da mulher e contra a violência em Marrocos e problematiza a introdução da retórica dos direitos humanos em contextos árabes-islâmicos. Sua análise contribui no debate acerca dos processos de vernacularização dos direitos humanos, em que a linguagem internacional das normativas e orientações de direitos humanos é adaptada e negociada para se adaptar a comunidades nacionais e locais. Detendo-se na etnografia dos cursos de educação legal em uma ONG marroquina articulada com redes transnacionais de direitos humanos e cujo foco tem sido a mudança legal, Rebecca enfatiza um

cenário heterogêneo em que discursos seculares convivem com orientações religiosas. O mérito da pesquisa é, exatamente, desconstruir falsas oposições, mostrando como o discurso acerca dos direitos da mulher apresenta-se imbricado com ensinamentos religiosos. Mais do que imposição da retórica dos direitos ao cenário marroquino, trata-se, conclui Rebecca, de uma trama singular de tensões, relações e influências em que, simultaneamente, se traduzem noções de direitos humanos para diferentes grupos sociais e se negociam novas formas de concepção da violência e da subjetividade das mulheres envolvidas.

No capítulo 5, Edimilson Rodrigues de Souza analisa dois casos emblemáticos da violência associada a conflitos fundiários no Norte e Nordeste do Brasil. Trata-se dos assassinatos de Gringo, no Tocantins, e de Chicão Xukuru, no agreste de Pernambuco, reconhecidos, respectivamente, como mártires da causa camponesa e indígena. Em ambos os casos, encontramos conflitos sociais envolvendo a apropriação da terra por grupos econômicos, cujos interesses privados e mercantis se opõem à lógica familiar de uso comum do espaço territorial com seus modos próprios de fazer, criar e viver. Dialogando com a produção bibliográfica sobre processos sociais e políticos de expansão da fronteira amazônica e com estudos do campesinato, o autor chama atenção para a ausência de ação legal do Estado nesses territórios povoados por pessoas excluídas do poder político e da prática cidadã. Aqui, os dramas pessoais, familiares, sociais e políticos são vividos e reelaborados mediante uma prática de resistência que se utiliza de um repertório narrativo e ritualístico. As lideranças assassinadas são sacralizadas como “mártir-encantado” – figura que encarna os agenciamentos dos coletivos que ficam. Assim, conforme a relevante contribuição do texto, a questão fundiária encontra-se imbricada em processos sociais, culturais e políticos, fazendo com que “aquilo que poderia ser um ponto final, a morte do líder, traduz-se em fabricação (reinvenção) da militância pela vida”.

No último capítulo do volume, Marlise Rosa analisa o denso nó de controvérsias cercado a tramitação da Lei Muwaji e outros elementos da campanha contra infanticídio indígena no Congresso Nacional brasileiro. Com o mapeamento de discursos dos parlamentares, a autora

mostra como, através de boatos e relatos fragmentados, constrói-se uma imagem dos povos indígenas que legitima a intervenção do Estado, justificando o exercício de um poder tutelar supostamente sepultado pela Constituição Federal de 1988. Através de uma busca por “infanticídio” nos “discursos e notas taquigráficas” do sítio da Câmara dos Deputados, a pesquisadora consegue descrever os variados atores envolvidos nessa polêmica, incluindo desde a Frente Evangélica Parlamentar e ONGs religiosas internacionais até órgãos públicos (Ministério Público da União, FUNASA, FUNAI) e associações profissionais (Associação Brasileira de Antropologia, CNBB). Vemos como, na tensão criada por essas diversas influências, o Projeto de Lei é reeditado em novas versões, ora eliminando, ora incorporando o termo “infanticídio”, ora enfatizando um caráter punitivo e criminalizador, ora propondo um caráter pedagógico de intervenção estatal. Nesse cenário onde a voz dos próprios povos tem pouquíssimo espaço, “o direito fundamental à vida” é usado para reforçar estereótipos sobre a barbárie e desumanidade dos indígenas. Subentende-se que a diversidade cultural dos povos é incompatível com os direitos humanos, desviando a atenção do que os próprios representantes dos povos indígenas veem como as principais violações aos direitos da criança: falta de serviços de saneamento e saúde, desnutrição e os estragos políticos, econômicos e culturais ligados às disputas pela terra.

Em suma, nas páginas deste volume, a análise antropológica mostra seu grande potencial de jogar luz sobre as mais diversas dimensões das disputas ligadas ao campo de direitos humanos: que constitui uma violação de direitos humanos? Como definir as vítimas? Quais os procedimentos cabidos para proteger vítimas, castigar agressores e prevenir contra futuras violações? Apoiados em sólidos estudos etnográficos, os capítulos do livro demonstram o vai e vem entre um discurso globalizado, codificado em legislação internacional, e inflexões institucionais nacionais, entre as diversas autoridades que tentam normatizar essas questões e as estratégias coletivas e individuais. É justamente nesse movimento de uma rede dinâmica que aparecem a produtividade dos atores que tencionam o debate, trazendo, inclusive, suas indignações e frustrações, para sugerir novas direções possíveis.